

Superávit do governo bate recorde em março

Brasil fecha trimestre com saldo positivo primário acumulado em R\$ 13,58 bilhões

SORAYA DE ALENCAR
e VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA - As contas do setor público, composto pelo governo federal, Banco Central (BC), Estados e municípios, tiveram em março um superávit primário de R\$ 5,660 bilhões. "É o melhor desempenho mensal da história", disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. As contas primárias consideram apenas receitas e despesas, não contabilizando os gastos com juros. Considerando os juros, no conceito nominal, o resultado também foi um superávit - de R\$ 1,169 bilhão, o maior dos últimos 12 meses.

Com o resultado de março, o superávit primário acumulado no primeiro trimestre atingiu R\$ 13,580 bilhões, equivalente a 4,93% do Produto Interno Bruto (PIB), do período. O valor supera em R\$ 6,340 bilhões a meta estabelecida no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que era de R\$ 7,240 bilhões. O superávit primário é o principal item do acordo com o Fundo.

No acumulado de 12 meses, o superávit primário chegou a R\$ 34,976 bilhões, o correspondente a 3,31% do PIB do período. O objetivo é fechar o ano com um resultado equivalente a 3,25% do PIB. Nas revisões do acordo com o FMI, foi estabelecida uma meta para o superávit primário do final do ano em reais. Na época, a meta foi fixada em R\$ 36,760 bilhões que correspondiam aos 3,25% do PIB.

Nas próximas conversas com os técnicos do FMI, no entanto,

MELHOR DESEMPENHO	
Resultado mensal do setor público	
Nominal / 1999	Primário / 1999
Setembro	770
Outubro	- 7.909
Novembro	- 1.277
Dezembro	- 3.010
Nominal / 2000	Primário / 2000
Janeiro	- 2.689
Fevereiro	- 3.146
Março	1.169
	5.402
	1.468
	857
	- 1.801
	4.094
	3.827
	5.660

Fonte: Banco Central

ArtEstadão

esta meta deve ser revista e transformada em critério de desempenho. Com isso, o Brasil será obrigado a cumprí-la.

De acordo com Altamir Lopes, a boa arrecadação do governo federal em março foi o fator principal para a obtenção do superávit primário. Ele admitiu, ainda, que o contingenciamento de gastos imposto pela não aprovação do Orçamento Geral da União à época também contribuiu.

Com o orçamento aprovado e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Lopes prevê um aumento nos gastos em maio. Até outubro, segundo ele, as despesas dos governos regionais também deverão ser pressionadas. Mas, neste caso, as pressões virão por causa das eleições municipais. "Estas pressões deverão ter algum impacto nas despesas", disse.

Em relação às contas de abril, a previsão de Lopes é que elas poderão apresentar uma re-

dução do superávit primário enquanto, no conceito nominal, deverá haver déficit. Ele destacou que, no resultado de março, o superávit nominal foi ajudado pela valorização de 1,50% do real frente ao dólar. No mês passado, entretanto, as turbulências internacionais voltaram a provocar desvalorização da moeda nacional em 3,20%.

O que terá impacto no resultado nominal uma vez que a desvalorização é considerada um encargo e, por isso, consta da conta de juros.

NÚMERO
SUPERA
METAS COM
O FMI

Estados e municípios - Embora os governos regionais também tenham registrado superávit de R\$ 429 milhões em suas contas em março, os resultados ficaram abaixo daqueles obtidos em janeiro e fevereiro. Os governos estaduais saíram de um resultado positivo de R\$ 544 milhões em fevereiro para fechar março com R\$ 230 milhões. No tocante aos governos municipais, o superávit passou de R\$

290 milhões para R\$ 177 milhões.

Lopes destacou que "o comportamento destes governos é muito errático". A tendência, segundo ele, é que eles continuem registrando superávits porque hoje já têm maior disciplina. Mas destaca que o provável é que os resultados sejam mantidos em níveis mais baixos que o de março. "O início do ano foi atípico", destacou.

O superávit dos governos regionais caiu apesar deles terem tido menos despesas com juros em março se comparado a fevereiro. Os gastos destas esferas de governo com o pagamento de juros passaram de R\$ 3,546 bilhões para R\$ 1,547 bilhão. Lopes explicou que esta redução dos gastos ocorreu porque o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de fevereiro, que incidiu sobre as despesas de março, ficou em 0,19%. Em fevereiro estes gastos foram atualizados considerando o IGP-DI de janeiro que ficou em 1,03%. O IGP-DI corrige as dívidas renegociadas pelos Estados com a União.

Embora analistas tenham demonstrado preocupação e salientado que os resultados internos não são suficientes para garantir uma tranquilidade ao Brasil na hipótese de crise internacional, pois, o País ainda é muito dependente do capital externo, o economista-chefe do Lloyds Bank, Odair Abate, destacou, ontem, que o superávit primário recorde de março será considerado um aspecto importante na avaliação dos investidores externos.

Abate lembrou que, no momento, a Argentina sofre as consequências de não estar cumprindo as metas do acordo com o FMI. Segundo ele, o desempenho das contas públicas em março mostram uma evolução do Brasil.